



EDITAL 56/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2025

Objeto: *Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de passageiros, visando atender a demandas eventuais da Administração Pública, em trajetos realizados fora dos limites do município.*

Valor total da contratação: R\$ 83.568,00 (oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais)

Data da sessão pública: 09/09/25, às 08:00.

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto

Preferência ME/EPP/equiparadas: Sim

Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021

CLÓVIS PROVENSÍ ROMAN, PREFEITO MUNICIPAL DE ARVOREZINHA, faz saber pelo presente EDITAL, que está aberta a Licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73, de 2022 e, conforme o caso, Código Civil, do tipo Menor Preço, e que, às 08:00 **de 09 de setembro de 2025**, estará recebendo propostas e documentação para a licitação em destaque, **autorizada pelo processo Nº 290/2025**.

Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Arvorezinha/RS, na Rua Carlos Scheffer, nº 1020, ou pelo telefone (51) 3772-0300, ou ainda através dos e-mails: licitacao@arvorezinha.rs.gov.br / licita1@arvorezinha.rs.gov.br

As empresas que desejarem participar do referido PREGÃO devem acessar o site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

1. OBJETO

1.1 - A presente Licitação objetiva o registro de preços para *Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de passageiros, visando atender a demandas eventuais da Administração Pública, em trajetos realizados fora dos limites do município*, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. DIVULGAÇÃO DO EDITAL

2.1 - Data/Hora limite para recebimento de propostas juntamente com os documentos de habilitação exigidos no edital: 09/09/25, às 07:59.

2.2 - Data/Hora da Abertura das Propostas: 09/09/25, às 08:00.

2.3 - Data/Hora da Disputa: 09/09/25, às 08:00.

2.4 - Endereço eletrônico para formalização de questionamentos e impugnações: licita1@arvorezinha.rs.gov.br ou licitacao@arvorezinha.rs.gov.br.

2.5 - Sítio eletrônico da sessão: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

2.6 - Todas as referências de tempo deste certame observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

I – O Município apenas utiliza a plataforma do Portal de Compras Públicas não possuindo autonomia para auxiliar o interessado com relação ao cadastro junto ao sistema e demais dúvidas. Para isso, o interessado deverá entrar em contato diretamente com a equipe técnica do sistema.

3.2 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3 - Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.





3.3.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

3.4 - Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas enquadram-se nessa(s) categoria(s).

3.4.1 - A ausência da declaração, naquele momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar nº 123/2006.

3.5 - Não poderão participar deste Pregão as licitantes:

a) suspensas de participar de licitação ou impedidas de contratar com este Município, com fulcro no art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) sob processo de falência, dissolução ou liquidação;

c) declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública em qualquer esfera de governo, com fulcro no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98;

e) proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;

f) cujos objetos sociais não sejam compatíveis com o objeto deste Pregão.

g) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, nos termos do art. 14, V, da Lei 14.133/2021.

i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do art. 14, VI, da Lei 14.133/2021.

3.5.1 - Aplicam-se, no que couber, os demais incisos dispostos no art. 14 da Lei Federal 14.133/2021.

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1 - A partir da publicação/divulgação deste Edital, até a data e o horário previstos no item 2.3, os que desejarem participar poderão encaminhar as propostas e documentos de habilitação (ou retirar aquelas já enviadas) para o(s) lote(s) de interesse através do sítio eletrônico informado neste Instrumento.

4.2 - O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.

4.3 - A proposta deverá conter **o valor unitário dos itens e o valor total** expresso em moeda corrente nacional (real), em duas casas decimais, onde estejam incluídas todas as despesas, impostos, frete, entrega, carga e descarga na Prefeitura de Arvorezinha, conforme **ANEXO I**.

4.4 - **A empresa deverá anexar à proposta a planilha de custos dos itens que tiver interesse em participar, conforme o Anexo XII (não será permitido apresentar planilha diferente desta).**

4.5 - **A empresa, ainda, deverá anexar à proposta Declaração** de que a proposta econômica da empresa compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo Anexo II. Caso esta declaração não seja apresentada, a empresa restará desclassificada.

4.6 - Deverão constar na proposta todos os dados da empresa, tais como razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone, e correio eletrônico.

4.7 - Deverá constar na proposta a **descrição completa do produto ofertado**.

4.8 - O upload da proposta no site do Portal de Compras Públicas será de total responsabilidade do licitante, o qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integridade, em folha de tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação da Pregoeira que não seja abrir e imprimir o arquivo, sob pena de desclassificação.

4.9 - O valor proposto para o lote cotado deverá ser o mesmo informado na proposta anexada ao sistema, sob pena





de desclassificação. **É de total responsabilidade do licitante o correto preenchimento do valor junto ao sistema, levando em consideração o critério de julgamento da licitação.** Após a abertura das propostas no horário designado, não é possível alterar valores lançados de forma incorreta no sistema.

4.10 – Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a aquisição do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação por parte da licitante.

4.11 – Nos preços propostos serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os produtos, objeto desta licitação.

4.12 – Entende-se por encargos referentes à proposta os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para-fiscais, emolumentos, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, máquinas e ferramental, transporte de material, de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

4.13 – **Os serviços solicitados deverão ser executados conforme previsto neste edital, termo de referência e ata de registro de preços.**

I. A CONTRATADA deverá disponibilizar o veículo sempre que a Administração necessitar, tendo esta que avisar do serviço com pelo menos 1 (um) dia de antecedência.

II. A contagem da quilometragem deverá iniciar em frente ao prédio do Centro Administrativo de Arvorezinha.

III. O veículo utilizado para o transporte deverá estar sempre limpo e em condições de uso.

4.14 – Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital, tampouco as propostas que contiverem apenas o oferecimento de redução sobre a proposta de menor preço global.

4.15 – A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, caso não constar, será automaticamente considerada como válida para 60 dias.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 - A partir do horário previsto para a abertura das propostas terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, quando a Pregoeira verificará as propostas apresentadas, classificando aquelas que atendam ao Edital e desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.

5.2 - As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a Pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.3 - Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

5.4 - Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.

6. DA DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

6.1 - Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

6.2 – O modo de disputa será aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, nos termos do art. 56, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

I – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 0,10 (dez centavos)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

6.3 - A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de seu registro e valor.

6.4 - O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.





6.6 - Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.7 – Caso o licitante perceba que inseriu valor incorreto no campo específico para lance, deverá, imediatamente, solicitar o cancelamento do último lance através do chat.

I – Não serão aceitas solicitações de desclassificação ao final da sessão.

II – Somente será anulado o último lance ofertado pela empresa, levando-se em consideração a justificativa de erro no momento do lançamento do valor. Não serão anulados lances anteriores a este.

6.8 - No caso de desconexão do sistema do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.

6.9 - O modo de disputa será o aberto. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 6.9, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.9.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 6.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.9.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do subitem 6.9.1, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.10 - Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.4 deste Edital;

6.10.1 - Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.10.2 - Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.10.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.10.3 - O disposto no item 6.10 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

6.11 - Se não houver licitante que atenda ao item 6.10 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 60 da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.11.1 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de





Município, no território do Estado em que este se localize;

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.12 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

6.13 - Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.

6.14 – Todos os licitantes participantes e classificados para o lote devem estar cientes que, caso a licitante detentora do menor valor vier a ser desclassificada, a Pregoeira procederá a renegociação do lote com a próxima classificada, obedecendo a ordem de classificação.

I – O valor partirá do último lance ofertado pela empresa ora classificada.

II – Não será aceita solicitação de desclassificação nesta etapa.

6.15 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.16 - O critério de julgamento de classificação das empresas será o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 - Concluída a etapa de lances ou a negociação, quando houver, será aberto o prazo de 02 (duas) horas, para a empresa vencedora realizar o upload no sistema da proposta final atualizada (conforme Anexo I) e da Declaração de Integralidade de Custos (modelo anexo II) que também devem ser anexados no campo “Proposta Final”.

7.1.1 - Caso o lance final seja diverso do inicial, o valor unitário deverá ser atualizado na aba “Valor Itens”, durante o prazo disponibilizado.

7.1.2 - A pedido da empresa ou por decisão da Pregoeira, tal prazo poderá ser prorrogado.

7.2 - Será desclassificada a proposta que:

- a) não atender a todos os requisitos exigidos no 4º item deste Edital;
- b) contiver opções alternativas quando uma delas desatender ao exigido;
- c) divergir dos termos deste edital;
- d) omitir-se em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- e) contiver vícios insanáveis;
- f) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após negociação;
- g) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- h) opuser-se a qualquer dispositivo legal vigente.

7.3 - Serão desconsideradas, para efeito de julgamento, vantagens não pedidas neste Edital.

7.4 - Em caso de divergência entre valores numerais e valores por extenso, prevalecerão estes últimos, entre unitários e totais, os primeiros.

7.5 - Somente será analisada a conformidade da proposta em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);
- d) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”,





“b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.2 - O licitante deverá anexar ao sistema até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, os documentos em vigor a seguir relacionados:

I – Qualificação Jurídica:

a - Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente, registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

a.1 - A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.

a.2 – Somente serão habilitadas as empresas que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo).

b) Documento de identificação do representante legal da empresa (CNH, RG ou qualquer outro documento substituto deste).

II – Habilitação Fiscal:

a – Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da a - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b - Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

c – Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor.

d – Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, em vigor.

e – Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame. As Certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 06 (seis) meses.

f - Prova de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS**, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

III - Regularidade Trabalhista:

a) Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme determinação da Lei Federal n.º 12.440/2011, em vigor.

IV – Qualificação Econômico-Financeira:

a – **Certidão Negativa de Falência e Concordata / Recuperação Judicial, em vigor**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. As certidões, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

V - Qualificação Técnica:

- Para participação do certame:

a) Deverá a empresa apresentar declaração de disponibilidade de contratação para fornecimento do serviço.

- Para assinatura da Ata de Registro de Preços:

a) Certificado de propriedade do(s) veículo(s) em nome da empresa licitante. No caso de firma individual, será aceito Certificado de propriedade em nome do proprietário da empresa, ou comprovação de disponibilidade (contrato de compra e venda ou de aluguel), que o proponente colocará à disposição para prestar os respectivos serviços, devendo estar em boas condições de uso e segurança, com as características exigidas no edital (cópia autenticada por órgão competente).





- b) Comprovante da contratação de seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas de transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros.
- c) Indicação do motorista que irá realizar o serviço, onde deverá ser comprovado vínculo com a empresa licitante, demonstrado através de contrato social ou cópia de Carteira de Trabalho.
- d) Carteira de habilitação dos motoristas dos veículos na categoria D – Autenticada por órgão competente.
- e) Laudo(s) do(s) veículo(s) em credenciada do DAER.
- f) Cartão Recefitur, considerando se tratar de transporte intermunicipal.

VI - Declarações:

a – Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, (**modelo anexo V**), sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

b – Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, (**modelo anexo VI**), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

c - Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), conforme modelo do anexo VII.

d - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e em outras normas, conforme modelo anexo VIII. Esta declaração deverá ser adaptada caso a empresa se submeta ao regramento contido no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 ou não, conforme opções constantes no modelo.

e - Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo do anexo IX.

8.5 – Do uso dos benefícios Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

I – As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas que pretendem se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 ao 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e posteriores alterações, deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s).

a - A ausência da declaração, naquele momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar nº 123/2006.

II – A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, tais como: INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, RECEITA ESTADUAL, RECEITA MUNICIPAL, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à convocação para a apresentação dos documentos de habilitação, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo. A não regularização da documentação, no prazo, implicará na decadência do direito à contratação.

III – A microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, deverá apresentar todos os documentos elencados no Item 8.2 e/ou 8.3 no momento da fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição. Se não apresentar qualquer um dos documentos fiscais, tais como: INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, RECEITA ESTADUAL, RECEITA MUNICIPAL, mesmo com restrições, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, será automaticamente inabilitada.

8.6 – Das autenticações e cópias dos Documentos:

I – Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, exceto os emitidos via internet.





II - A autenticação dos documentos feita por servidor municipal somente será realizada **mediante apresentação do documento original**.

III - Caso a licitante não autentique os documentos nesta Prefeitura, deverá fazê-lo em cartório, ou poderá apresentar declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme permissivo constante no art. 12, IV, da Lei 14.133/21.

IV – Não serão feitas cópias de documentos na Prefeitura.

8.7 – Da apresentação dos documentos:

Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação devem:

a) Estar em nome da matriz se a licitante for a matriz.

b) Estar todos em nome da filial se a licitante for filial, salvo aqueles documentos que são legalmente válidos tanto para matriz como para filial.

c) Deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente, se a licitante for a matriz e prestadora dos serviços for a filial.

8.8 – Do consórcio:

Não é permitido Consórcio entre empresas.

8.9 – Inabilitação:

Serão inabilitadas a(s) empresa(s) que não atender(em) a(s) exigência(s) de habilitação contidas neste edital ou as que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

9. ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO E RECURSO

9.1 - Quaisquer informações, esclarecimentos e dúvidas decorrentes da interpretação do Edital poderão ser solicitadas por escrito até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento das propostas na Rua Carlos Scheffer, nº 1020, ou pelo telefone (51) 3772-0300, e ainda através dos e-mails licitacao@arvorezinha.rs.gov.br e licita1@arvorezinha.rs.gov.br

9.2 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, empresas e outros poderão impugnar o ato convocatório do pregão.

9.3 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento abertura das propostas. As solicitações mencionadas no subitem 9.2, deverão ser encaminhadas por meio eletrônico via internet para os endereços licitacao@arvorezinha.rs.gov.br e/ou licita1@arvorezinha.rs.gov.br

9.4 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

9.5 – Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, abrir-se-á prazo para qualquer licitante manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso contra ato praticado no certame, podendo qualquer licitante inconformada com o resultado, registrar em ata as razões de interpor recurso. Caso haja recurso, os interessados poderão apresentar as razões do recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

I – O tempo para manifestação de intenção de recurso será de 02 minutos.

II – A manifestação de recurso deve ser feita em campo específico no Portal de Compras Públicas.

9.6 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

9.7 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.9 - A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes ao término da sessão pública importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, dar-se-á a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

9.10 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos





elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.11 – Os recursos deverão ser anexados ao sistema, junto ao Portal de Compras Públicas.

I – Não serão conhecidos recursos enviados por e-mail ou entregues de outra forma que não seja junto ao referido sistema.

II - Nos recursos e/ou impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos, e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

9.12 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a homologação e adjudicação do objeto da licitação para a licitante vencedora, que será convocada para assinar o Contrato, quando houver, no prazo estabelecido neste edital contados da devida convocação.

9.13 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

I - Para definição dos prazos, será levado em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

9.14 - Nos recursos e/ou impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

10. DA ADJUDICAÇÃO

10.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante que ofertou o menor valor será declarada vencedora.

10.2 – Em caso de desatendimento às exigências habilitatória, a Pregoeira inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

11. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 - Os serviços solicitados deverão ser executados conforme previsto neste edital, termo de referência e ata de registro de preços.

I. A CONTRATADA deverá disponibilizar o veículo sempre que a Administração necessitar, tendo esta que avisar do serviço com pelo menos 1 (um) dia de antecedência.

II. A contagem da quilometragem deverá iniciar em frente ao prédio do Centro Administrativo de Arvorezinha.

III. O veículo utilizado para o transporte deverá estar sempre limpo e em condições de uso.

11.2 - Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital.

12. FORMAS DE PAGAMENTO

12.1 - Com a execução dos serviços, o pagamento dos valores, sem qualquer correção, será realizado em até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

12.2 - O valor a ser pago, corresponderá aos serviços executados, em cada momento, sendo tal situação comprovada através da solicitação da secretaria, a ser firmado pelo chefe do setor competente.

12.3 – Será emitida Nota de Empenho em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95 da Lei nº 14.133/21.

12.4 - Fica a licitante vencedora obrigada à retenção do Imposto de Renda Retido em seus pagamentos conforme IN-RFB nº 1.234/2012 e Decreto Executivo Municipal nº 6.486/2022, devendo a mesma emitir os documentos fiscais observadas as disposições da citada Instrução Normativa, observando o correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

13. DAS PENALIDADES

I – O Município, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no presente edital, anexos e/ou com a proposta apresentada.





II - Pelo atraso na entrega, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 5 (cinco) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

III - Entrega em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, não substituição de material inadequado, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a licitante vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

§ 1º. Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Arvorezinha, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a licitante que:

- a** - dar causa à inexecução parcial do objeto deste certame que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b** - dar causa à inexecução total do objeto deste certame;
- c** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e** - não entregar documentação porventura solicitada, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a licitante que:

- a** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- b** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução;
- c** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º. Para os fins da Subcondição “c” do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº. 14.133/21.

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da licitante, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).





§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Somente poderão participar da Licitação, empresas legalmente constituídas e que estejam habilitadas e capacitadas a executar o seu objeto e que satisfaçam, integralmente, a todas as condições do Edital.

14.2 – A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, o cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.3 – Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

14.4 – De todas as reuniões lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pela Pregoeira e sua equipe e pelos representantes legais presentes devidamente credenciados.

14.5 – Agentes Públicos, assim considerados aqueles do art. 6º, V, da Lei nº 14.133/21, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/21, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município.

14.6 – É facultada à Pregoeira ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da proposta.

14.7 – A participação na Licitação implica na aceitação integral e irretratável pelas Licitantes, dos termos, cláusulas, condições e Anexos do Edital, que passarão a integrar o contrato como se transcrito, com lastro na legislação referida no preâmbulo da Licitação, bem como na observância das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

14.8 – A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

I – O presente processo licitatório poderá ser revogado se, no curso do certame, for verificado que o Termo de Referência contempla valores que não representam o efetivo valor de mercado para o objeto licitado; medida que se efetivará através de prévio e fundamentado despacho, sem que assista direito de indenização aos partícipes do certame.

14.9 - O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no site do Município de Arvorezinha – Portal da Transparência – Informações sobre Licitações, plataforma de pregão eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta dos documentos disponibilizados.

14.10 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Formulário para preenchimento da proposta
Anexo II	Modelo Declaração de integralidade de Custos
Anexo III	Modelo de Credenciamento
Anexo IV	Mod. Declaração que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e/ou cooperativa.
Anexo V	Modelo Declaração de Idoneidade
Anexo VI	Modelo de declaração de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal
Anexo VII	Modelo Declaração Indicando Endereço Eletrônico
Anexo VIII	Modelo Declaração de reserva de Vagas
Anexo IX	Modelo Declaração de Inexistência de Vínculo
Anexo X	Minuta de Ata de Registro de Preços





PREFEITURA MUNICIPAL DE
Arvorezinha

ADM 2025.2028



Anexo XI	Termo de Referência
Anexo XII	Planilha de custos por item

Arvorezinha, 21 de agosto de 2025.

CLÓVIS PROVENSI ROMAN
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Em ____/____/____

FLÁVIO GABRIEL DA SILVA
Procurador Jurídico - OAB/RS 98.583



MUNICÍPIO DE
ARVOREZINHA-RS

51.98015.7877

gabinete@arvorezinha.rs.gov.br

Rua Carlos Scheffer, 1020 . Centro . CEP 95995-000

[f prefeituraarvorezinha](#)

[@ prefeituradearvorezinha](#)

www.arvorezinhars.com.br



ANEXO I
FORMULÁRIO PROPOSTA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Nome da empresa (Razão Social): _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CNPJ: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

ATENÇÃO: PREENCHER OS VALORES NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS COM CAUTELA. CONFERIR SE O VALOR ESTÁ CORRETO. VERIFICAR SE O VALOR FINAL CORRESPONDE AO PRETENDIDO.

*** APÓS A ABERTURA DAS PROPOSTAS, O SISTEMA NÃO PERMITE AJUSTE DE VALORES.**

Item	Qtde. Min.	Qtde. Max.	Un	Descrição	Valor Unit.	Valor Total

Valor total:

Representante legal:

CPF do representante legal:

Endereço:

Telefone para contato:

Assinatura do representante legal





PREFEITURA MUNICIPAL DE
Arvorezinha
ADM 2025-2028



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREZINHA
PREGÃO N° 44/2025

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, por meio de seu representante legal, Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua, nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

....., de....., de 2025.

Assinatura do representante legal



MUNICÍPIO DE
ARVOREZINHA-RS

51.98015.7877

gabinete@arvorezinha.rs.gov.br

f [prefeituraarvorezinha](#)

@ [prefeituradearvorezinha](#)

Rua Carlos Scheffer, 1020 . Centro . CEP 95995-000

www.arvorezinhas.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Arvorezinha
ADM 2025.2028



ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXX
PREGÃO N° 44/2025

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do presente, credenciamos o Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua, nº ..., Bairro, na cidade de, a participar da licitação instaurada pelo Município de ARVOREZINHA, na modalidade de Pregão, sob o nº 44/2025, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de....., de 2025.

Assinatura do representante legal



MUNICÍPIO DE
ARVOREZINHA-RS

51.98015.7877

gabinete@arvorezinha.rs.gov.br

Rua Carlos Scheffer, 1020 . Centro . CEP 95995-000

[f prefeituraarvorezinha](https://www.facebook.com/prefeituraarvorezinha)

[@ prefeituradearvorezinha](https://www.instagram.com/prefeituradearvorezinha)

www.arvorezinhars.com.br



ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, RG nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ..., na cidade de, DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() - **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

() - **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

() - **COOPERATIVA**, conforme disposto nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Assinatura do representante legal da empresa





PREFEITURA MUNICIPAL DE
Arvorezinha
ADM 2025.2028



ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREZINHA
PREGÃO N° 44/2025.

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº, Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, RG nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº, Bairro ..., na cidade de, DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal



MUNICÍPIO DE
ARVOREZINHA-RS

51.98015.7877

gabinete@arvorezinha.rs.gov.br

Rua Carlos Scheffer, 1020 . Centro . CEP 95995-000

[f prefeituraarvorezinha](https://www.facebook.com/prefeituraarvorezinha)

[@ prefeituradearvorezinha](https://www.instagram.com/prefeituradearvorezinha)

www.arvorezinhars.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Arvorezinha
ADM 2025-2028



ANEXO VI

MODELO CUMPRIMENTO ART. 7º DA CF

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREZINHA
PREGÃO N º 44/2025

DECLARAÇÃO

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, RG nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante que em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2025

Assinatura do representante legal



MUNICÍPIO DE
ARVOREZINHA-RS

51.98015.7877

gabinete@arvorezinha.rs.gov.br

Rua Carlos Scheffer, 1020 . Centro . CEP 95995-000

[f prefeituraarvorezinha](#)

[@ prefeituradearvorezinha](#)

www.arvorezinhars.com.br



ANEXO VII
DECLARAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 44/2025, que indica o seguinte endereço eletrônico: _____ para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando ainda, que se compromete com o acompanhamento diário do endereço eletrônico, providenciando a confirmação de recebimento, além de informar imediatamente a alteração do endereço indicado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal da empresa





ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

VERIFICAR SE A EMPRESA SE SUBMETE AO REGRAMENTO CONTIDO NO ART. 93 LEI 8.213/91.
EM CASO POSITIVO, UTILIZAR O MODELO 1. EM CASO NEGATIVO, UTILIZAR O MODELO 2.

MODELO 1

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 44/2025, que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei 8.213/91, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

MODELO 2

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 44/2025, que está ciente do regramento constante no Art. 93 da Lei 8.213/91 quanto às exigências de reserva de cargos prevista para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, e que não se enquadra na referida obrigação legal até a presente data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal da empresa





ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO

Eu, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins sob as penas da Lei, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, tenha vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública Municipal de Nova Roma do Sul/RS, que impeça de contratar com a os citados no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

“Lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, art. 14, IV.

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

...

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;”

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

_____, _____ de _____ de 2025

DECLARANTE
EMPRESA





**ANEXO X
MINUTA DA ATA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA E ..., NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR ESTABELECIDAS.

O **MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.612.750/0001-00, estabelecida na Rua Carlos Scheffer, nº 1020, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CLÓVIS PROVENSI ROMAN**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o 611.165.480-20, carteira de identidade 5039831119, residente e domiciliado na Rua Encantado, nº 402, Bairro Centro na cidade de Arvorezinha - RS, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO** e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº, Bairro, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua, nº, Bairro, na cidade de, doravante denominada **COMPROMITENTE FORNECEDORA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com o resultado do **Pregão Eletrônico n.º 44/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente ATA tem por objeto e finalidade o *Registro de preços para a prestação de serviços de transporte de passageiros, visando atender a demandas eventuais da Administração Pública, em trajetos realizados fora dos limites do município*, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do Pregão nº /2025 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

I - Quantidades máximas possíveis para aquisição e valores:

Item	Qtde máx	UN	Descrição	Valor km	Valor total
1	2.400	KM	Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, com veículo tipo Van Executiva, capacidade mínima de 15 lugares , equipada com ar-condicionado, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.		
2	2.400	KM	Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, com Micro-ônibus Executivo, capacidade mínima de 20 lugares , equipado com ar-condicionado, banheiro e geladeira, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.		
3	4.800	KM	Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, com Ônibus de capacidade mínima de 40 lugares , equipado com ar-condicionado, banheiro e geladeira, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.		
4	4.800	KM	Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, com Veículo de capacidade mínima de 5 lugares , equipado com ar-condicionado, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.		

II – Os quantitativos indicados são meramente estimados, não acarretando qualquer obrigação quanto a sua contratação por parte desta municipalidade.

III – As quantidades que vierem a ser contratadas serão definidas em “Contrato” ou “Nota de Empenho”.





IV – A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar contratação, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

I - Caberá à COMPROMITENTE FORNECEDORA, executar todos os serviços de sua competência, correndo por sua inteira conta e risco o pagamento de despesas de combustível, manutenção, material de segurança, uniformes, peças, acessórios, motoristas e ajudantes, alimentação e alojamento, transporte, pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais e toda e qualquer despesa referente ao fornecimento respondendo pelo mesmo atual e futuramente. Cabendo, também, refazer, corrigir ou reparar qualquer fornecimento impugnado pela fiscalização, sem que venha a incorrer em ônus para o CONTRATANTE.

II - Os serviços solicitados deverão ser executados conforme previsto neste edital, termo de referência e ata de registro de preços.

- a. A CONTRATADA deverá disponibilizar o veículo sempre que a Administração necessitar, tendo esta que avisar do serviço com pelo menos 1 (um) dia de antecedência.
- b. A contagem da quilometragem deverá iniciar em frente ao prédio do Centro Administrativo de Arvorezinha.
- c. O veículo utilizado para o transporte deverá estar sempre limpo e em condições de uso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

I - O acompanhamento e fiscalização do fornecimento, objeto desta licitação, será realizada por servidores municipais designados, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

II - A fiscalização do fornecimento contratado será efetuada por técnicos designados pelo Município, que deverão dispor de amplo acesso às informações que julgarem necessários.

III - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a execução dos serviços e a verificação de sua conformidade, em conta bancária a ser fornecida pela COMPROMITENTE FORNECEDORA, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

IV - Fica a Compromitente Fornecedora obrigada à retenção do Imposto de Renda Retido em seus pagamentos conforme IN-RFB nº 1.234/2012 e Decreto Executivo Municipal nº 3106/2022, devendo a mesma emitir os documentos fiscais observadas as disposições da citada Instrução Normativa, observando o correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

V - Fica a Compromitente Fornecedora, juntamente com a Secretaria responsável, cientes de que todas as notas fiscais, com exceção das emitidas por empresa optante pelo Simples Nacional, deverão ser entregues na contabilidade no mês em que forem emitidas.

VI - A inadimplência da Compromitente Fornecedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, § 1.º, da Lei Federal n.º 14.133/21.

VII - Em caso de reclamatória trabalhista contra a licitante vencedora em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência desta Ata é de 12 (doze) meses contados desta data, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para aquisição do objeto desta Ata os recursos previstos correrão por conta das dotações que se fizerem necessárias às compras.





CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE FORNECEDORA

Caberá a Compromitente Fornecedora:

I – Executar todo o serviço que se comprometeu, quando solicitado pelo Município, correndo por sua inteira conta e risco, as despesas com o frete, transporte e encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados ao Município e/ou a terceiros.

II - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, sem que isso venha a incorrer em ônus para o Município.

III - Assumir a responsabilidade de todos os riscos enquanto o fornecimento não for concluído e recebido pelo Município, através da Equipe de Fiscalização.

IV - Obriga-se, durante a vigência do presente Registro de Preços, a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de abertura.

V - Indenizar terceiros e o Município, todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o Código Civil Brasileiro.

VI - Obriga-se a cumprir fielmente as normas estabelecidas no Edital e esta Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

VII – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, resultantes da execução do presente contrato.

VIII - Responsabiliza-se civil e criminalmente pela execução do fornecimento, objeto deste contrato, bem como solidez e segurança dos fornecimentos realizados, na forma da Legislação Civil e, por todos e quaisquer acidentes sofridos por empregados e prepostos seus, bem como quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de negligência ou imperícia de seus empregados ou prepostos, ou, ainda por fatos ou danos oriundos do equipamento utilizado para prestação do labor avançado.

IX – A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego atinentes às atividades desempenhadas, em especial as de número 04, 05, 06, 07, 09, 12 e 17, incidindo a Contratada, nas penalidades previstas em contrato em caso de descumprimento.

X - A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, estando ciente das infrações previstas no art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

XI – A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá cumprir, durante todo o período de vigência, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021.

XII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XIII - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XIV - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

XV - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:

I - A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.





II - Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento a aprovação dos materiais.

III - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IV - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela COMPROMITENTE FORNECEDORA.

V - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela COMPROMITENTE FORNECEDORA com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da COMPROMITENTE FORNECEDORA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A ADMINISTRAÇÃO, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto na presente Ata de Registro de Preços e/ou com a proposta apresentada.

II - Pelo atraso no fornecimento dos materiais, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 5 (cinco) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

III – Fornecimento em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pela ADMINISTRAÇÃO, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a COMPROMITENTE FORNECEDORA terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação do fornecimento. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

§ 1º. Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Arvorezinha pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a COMPROMITENTE FORNECEDORA que:

- a - dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- c - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e - não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação formalização, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a COMPROMITENTE FORNECEDORA que:

- a - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;
- b - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução;
- c - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º. Para os fins da Subcondição “c” do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F,





337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas a ADMINISTRAÇÃO considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da COMPROMITENTE FORNECEDORA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº. 14.133/21.

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da COMPROMITENTE FORNECEDORA, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou COMPROMITENTE FORNECEDORES, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

No caso de incidência de uma das situações previstas neste edital, a licitante será cientificada através do endereço eletrônico (e-mail) por ela informado no seu ato de vinculação ao certame; sendo que os prazos concedidos para manifestação fluirão, independentemente da confirmação de leitura da mensagem, após 24 (vinte e quatro) horas da data de remessa.

Será considerado justificado o inadimplemento, nas seguintes situações:

- a** - Acidentes que impliquem retardamento na execução do fornecimento, sem culpa da Compromitente Fornecedor.
- b** - Falta ou culpa do Município.
- c** - Caso fortuito ou força maior, conforme previsto no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Sem que lhe possa ser atribuída responsabilidade de qualquer natureza, fica assegurado ao Município, o direito de fiscalizar o inteiro cumprimento do contrato, obrigando-se a Compromitente fornecedora a facilitar aos fiscais, o acesso a todos os documentos, a fornecer informações e elementos que lhe forem solicitados e a cumprir as determinações que lhe forem feitas, tudo dentro dos prazos estabelecidos nas respectivas notificações.

§ 1º - A fiscalização do fornecimento contratado será efetuada pela servidora municipal Juliana Bombonato, que deverá dispor de amplo acesso às informações que julgar necessários. E anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. **A gestão ocorrerá pela Secretaria de Administração, através da secretária, Sra. Cristiane Nischespois.**

§ 2º - Fornecimentos em desacordo com o solicitado, não caberá ao Município o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

I - O beneficiário do registro de preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do material quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

II – O Município poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantido a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.

III - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº. 14.133/21.

a) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou elevação daqueles praticados no





mercado.

b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município:

1. convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

2. frustrada a negociação e comprovado que o preço registrado é superior ao de mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

3. convocará os demais fornecedores registrados visando igual oportunidade de negociação.

IV - Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

V - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços para o item, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata, quando:

I - O fornecedor não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata, sem justificativa aceitável;

II - Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

III - Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

IV - Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 155, I, II e III da Lei 14.133/21;

V - Por razão de interesse público, devidamente motivado.

§ 1º. No caso de cancelamento do registro de preço, devidamente justificado nos autos do Processo, terá a COMPROMITENTE FORNECEDORA o prazo de 05 (cinco dias) úteis, contados da notificação, para apresentar o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. O cancelamento do registro de preço poderá ensejar a convocação do fornecedor com classificação imediatamente subsequente ou a realização de nova licitação para a aquisição do material, a critério da ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEI REGRADORA

A presente contratação reger-se-á pela Lei nº 14.133/21, o edital 56/2025 de Pregão 44/2025 e seus anexos, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Esta Ata fica vinculada ao processo licitatório modalidade Pregão Nº 44/2025 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Arvorezinha - RS com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Arvorezinha/RS, de de 2025.

CLÓVIS PROVENSI ROMAN
Prefeito Municipal
COMPROMITENTE FORNECEDORA





ANEXO XI **TERMO DE REFERÊNCIA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

Município de Arvorezinha

Secretaria de Administração, Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Objeto da contratação: *Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de passageiros, visando atender a demandas eventuais da Administração Pública, em trajetos realizados fora dos limites do município.*

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a *contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de passageiros, visando atender a demandas eventuais da Administração Pública, em trajetos realizados fora dos limites do município*, conforme descrições a seguir:

- Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, **com veículo tipo Van Executiva, capacidade mínima de 15 lugares**, equipada com ar-condicionado, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.
- Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, **com Micro-ônibus Executivo, capacidade mínima de 20 lugares**, equipado com ar-condicionado, banheiro e geladeira, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.
- Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, **com Ônibus de capacidade mínima de 40 lugares**, equipado com ar-condicionado, banheiro e geladeira, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.
- Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, **com Veículo de capacidade mínima de 5 lugares**, equipado com ar-condicionado, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço** nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17º, § 2º, e 34º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Faz-se necessária a contratação do serviço citado para transporte terrestre de passageiros, de forma eventual, para atender diversas demandas institucionais, sociais, educacionais e de saúde. Tais deslocamentos envolvem atividades como participação em eventos oficiais, ações culturais, educacionais e esportivas organizadas ou apoiadas pelo Município, bem como, de forma prioritária, o transporte de pacientes para tratamentos médicos realizados fora do domicílio, inclusive em trajetos de média e longa distância.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1 Características: As características deverão atender à descrição do tópico 1.

4.2 Forma de prestação e prazos: A ata ficará vigente pelo prazo de 12 (doze) meses. Durante esse prazo, a administração poderá solicitar, com antecedência de 24 horas, a prestação dos serviços. A contagem da quilometragem deverá iniciar em frente ao Prédio do Centro Administrativo. O veículo utilizado para o transporte deverá estar sempre limpo e em condições de uso.

4.3 Obrigações das partes:

4.3.1. São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:





- I** - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.
- II** - Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento a aprovação dos produtos.
- III** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- IV** - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela COMPROMITENTE FORNECEDORA.
- V** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela COMPROMITENTE FORNECEDORA com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da COMPROMITENTE FORNECEDORA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.3.2. Caberá a Compromitente Prestadora dos Serviços:

- I** - Fornecer toda a mão-de-obra, todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, e veículos necessários para a execução dos serviços de sua competência, correndo por sua inteira conta e risco, as despesas com o equipamento, e, também com alimentação, alojamento de toda equipe de trabalho, transporte e encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados ao Município e/ou a terceiros.
- II** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, sem que isso venha a incorrer em ônus para o Município.
- III** - Assumir a responsabilidade de todos os riscos enquanto o serviço não for concluído e recebido pelo Município, através da Equipe de Fiscalização.
- IV** - Obriga-se, durante a vigência do presente Registro de Preços, a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de abertura.
- V** - Indenizar terceiros e o Município, todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o Código Civil Brasileiro.
- VI** - Obriga-se a cumprir fielmente as normas estabelecidas no Edital e esta Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- VII** - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, resultantes da execução do presente contrato.
- VIII** - Responsabiliza-se civil e criminalmente pela execução dos trabalhos, objeto deste contrato, bem como solidez e segurança dos serviços realizados, na forma da Legislação Civil e, por todos e quaisquer acidentes sofridos por empregados e prepostos seus, bem como quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de negligência ou imperícia de seus empregados ou prepostos, ou, ainda por fatos ou danos oriundos do equipamento utilizado para prestação do labor avançado.
- IX** - A COMPROMITENTE PRESTADORA DOS SERVIÇOS deverá atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego atinentes às atividades desempenhadas, em especial as de número 04, 05, 06, 07, 09, 12 e 17, incidindo a Contratada, nas penalidades previstas em contrato em caso de descumprimento.
- X** - A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, estando ciente das infrações previstas no art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- XI** - A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá cumprir, durante todo o período de vigência, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- XII** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- XIII** - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento





das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
XIV - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

XV - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.4. Do cancelamento da ata de registro de preços:

A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata, quando:

I - O fornecedor não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata, sem justificativa aceitável;

II - Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

III - Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

IV - Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 155, I, II e III da Lei 14.133/21;

V - Por razão de interesse público, devidamente motivado.

§ 1º. No caso de cancelamento do registro de preço, devidamente justificado nos autos do Processo, terá a **COMPROMITENTE FORNECEDORA** o prazo de 05 (cinco dias) úteis, contados da notificação, para apresentar o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. O cancelamento do registro de preço poderá ensejar a convocação do fornecedor com classificação imediatamente subsequente ou a realização de nova licitação para a aquisição do produto, a critério da **ADMINISTRAÇÃO**.

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço** nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17º, § 2º, e 34º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021:

- Contrato Social
- Negativas:
- Federal
- Estadual
- Municipal
- FGTS
- Trabalhista
- Falência ou concordata
- Alvará ou DIRE
- Cartão CNPJ
- Declaração que não emprega menor
- Declaração de idoneidade
- Declaração de endereço eletrônico
- Declaração de reserva de cargos para pessoas com deficiência
- Declaração de não haver vínculo com agente público
- Outras declarações e documentos a serem exigidos no edital

A título de qualificação técnica, deverá a empresa apresentar os seguintes documentos:

Para participação do certame:





- Declaração de disponibilidade de contratação para fornecimento do serviço.

Para assinatura da ata de registro de preços:

- Certificado de propriedade do(s) veículo(s) em nome da empresa licitante. No caso de firma individual, será aceito Certificado de propriedade em nome do proprietário da empresa, ou comprovação de disponibilidade (contrato de compra e venda ou de aluguel), que o proponente colocará à disposição para prestar os respectivos serviços, devendo estar em boas condições de uso e segurança, com as características exigidas no edital (cópia autenticada por órgão competente).
- Comprovante da contratação de seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas de transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros.
- Indicação do motorista que irá realizar o serviço, onde deverá ser comprovado vínculo com a empresa licitante, demonstrado através de contrato social ou cópia de Carteira de Trabalho.
- Carteira de habilitação dos motoristas dos veículos na categoria D – Autenticada por órgão competente.
- Laudo(s) do(s) veículo(s) em credenciada do DAER.
- Cartão Recefitur, considerando se tratar de transporte intermunicipal.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Por ser tratar de caráter eventual a prestação do serviço será realizada conforme a necessidade das Secretarias.

A contratada deverá disponibilizar o veículo sempre que a Administração necessitar, tendo esta que avisar do serviço com pelo menos 1 (um) dia de antecedência.

A contratada responsabiliza-se por cumprir todos os horários predefinidos com a Secretaria de Saúde, bem como por deixar todos os pacientes na frente dos respectivos locais de consultas/exames, os orientando sempre que necessário.

O veículo utilizado para o transporte deverá estar sempre limpo e em condições de uso.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será realizada pela Secretária Municipal de Administração, Cristiane Nischespois e fiscalização pela servidora Juliana Bombonato.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 3289/2024, que “Regulamenta a Lei Federal n° 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no município de Arvorezinha/RS e dá outras providências.”

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado até 15 dias após a realização do serviço, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado pelo menor valor por item para realização do objeto, sendo a contratação por Pregão Eletrônico.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 83.568,00 (oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais).

Para fins de definição dos valores estimados, foi elaborada uma planilha de custos pela empresa de assessoria contratada pelo Município, a qual é responsável pela elaboração do planilhamento detalhado dos serviços, chegando aos seguintes valores unitários:





Item	Qtde máx	UN	Descrição	Valor km	Valor total
1	2.400	KM	Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, com veículo tipo Van Executiva, capacidade mínima de 15 lugares , equipada com ar-condicionado, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.	R\$ 5,06	R\$ 12.144,00
2	2.400	KM	Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, com Micro-ônibus Executivo, capacidade mínima de 20 lugares , equipado com ar-condicionado, banheiro e geladeira, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.	R\$ 5,78	R\$ 13.872,00
3	4.800	KM	Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, com Ônibus de capacidade mínima de 40 lugares , equipado com ar-condicionado, banheiro e geladeira, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.	R\$ 8,15	R\$ 39.120,00
4	4.800	KM	Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros por quilômetro rodado, com Veículo de capacidade mínima de 5 lugares , equipado com ar-condicionado, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.	R\$ 3,84	R\$ 18.432,00

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida será indicado quando o serviço for solicitado.

Arvorezinha, 13 de agosto de 2025.

CRISTIANE NISCESPOIS
Secretária de Administração, Finanças,
Planejamento e Desenvolvimento Econômico



PREGÃO ELETRÔNICO								
RESUMO DOS ITENS								
Planilha de Transportes Intermunicipal e Interestadual								
Planilha de Composição de Custos								

Resumo dos Itinerários

Item	Lugares	Kms média	Dias/ Mês	Kms mês	Custo Mês	Custo R\$/KM	KM ano	Custo ano R\$
1	15	200,00	1	200,00	1.012,94	5,06	2.400,00	12.155,30
2	20	200,00	1	200,00	1.156,48	5,78	2.400,00	13.877,70
3	40	200,00	2	400,00	3.261,10	8,15	4.800,00	39.133,23
4	4	200,00	2	400,00	1.537,60	3,84	4.800,00	18.451,15
Total	79	800,00		1.200,00	6.968,11			83.617,38

Arvorezinha, 13 de agosto de 2025

ECZ, Assessoria, Consultoria e Treinamento Ltda

PREGÃO ELETRÔNICO /2025					
Linha 1 - Roteiros Diversos Municípios					
Planilha de Transportes Intermunicipal e Interestadual					
Planilha de Composição de Custos					

PARAMÉTROS PARA CÁLCULO DE TRANSPORTE

					TOTAL
Lugares	15				15
Km pavimentado/não pavimentado	200,00				200,00
Km total					200,00
Tempo conduzindo o veículo	4:00				Total horas
Horas p/base de cálculo de custos	4,00				4,00
Tempo de espera					4,00
Tempo total (horas)					8,00
Veículo	Veículo Van com mínimo de 15 lugares				
Veículo no máximo 15 anos de uso					240.000,00
Combustível R\$/litro conforme tabela ANP					6,54
Km/litro					6,00
Custo de manutenção/insumos R\$/km					0,75
Média de dias com viagem					1
Média kms por mês					200

1- CUSTO VARIÁVEL	Valor R\$
1.1 COMBUSTÍVEL	218,00
1.2 MANUTENÇÃO	150,00
1.3 Pneus	19,00
TOTAL (Comb + Manut)	387,00

1.3 Pneus				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal
Custo do jogo de pneus	unidade	4,00	1.100,00	4.400,00
Nº de recapagens por p	unidade	2,00		
Custo de recapagem	unidade	8	400,00	3.200,00
Custo jg. compl. + 2 rec	km/jogo	80.000	7.600,00	0,10
Custo mensal com pneu	km	200	0,10	19,00

2 - TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	
IPVA	2.400,00
CUSTO CAPITAL 15,00% Ano (INVESTIM)	36.000,00
LICENCIAMENTO ANUAL	109,27
DEPRECIACÃO ANUAL	11.316,80
SEGURO TERCEIROS/ANO	3.200,00
QUANT. DE MOTORISTAS	1,00
MOTORISTA CUSTO ANUAL	50.194,97
TOTAL CUSTO FIXO ANO	103.221,04
2.1 TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	390,99
TAXA USO VEÍCULO	0,0455

SALÁRIO	% Encargos	Custo Mensal	Meses	TOTAL
2.670,45	37,65%	3.675,87	12	44.110,49
Vale Refeição R\$	Dias Mês	Custo Mensal	Meses	TOTAL
25,35	20	507,04	12	6.084,48
Custo Anual por motorista				50.194,97

Depreciação				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal
Custo chassis	unidade	1	240.000,00	240.000,00
Vida útil do chassis	anos	15		
Idade do veículo	anos			
Deprec. do chassis	%	70,73	240.000,00	169.752,00
Deprec. mensal	mês	180	169.752,00	11.316,80

3- CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS	777,99
--	---------------

4- BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	30,20%	777,99	234,95	
					R\$ 234,95

CUSTO MENSAL COM BDI	R\$ 234,95
-----------------------------	-------------------

5- PREÇO MENSAL TOTAL COM O TRANSPORTE	R\$ 1.012,94
---	---------------------

PREÇO MÁXIMO POR QUILOMETRO RODADO	5,06
---	-------------

Orçamento Sintético		
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)	%
1- CUSTO VARIÁVEL	387,00	38,21%
1.1 COMBUSTÍVEL	218,00	21,52%
1.2 MANUTENÇÃO	150,00	14,81%
1.3 Pneus	19,00	1,88%
2 - TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	390,99	38,60%
2.1 TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	390,99	38,60%
3- CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS	777,99	76,80%
4- BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS	234,95	23,20%
5- PREÇO MENSAL TOTAL COM O TRANSPORTE	1.012,94	100,00%
Km total/dia		200,00
Média de dias mês		1
km total/mês		200,00
Custo por quilômetro rodado		5,06

a) Valor máximo por quilômetro rodado

R\$ 5,06

Veículo Van com mínimo de 15 lugares

OBS: Valor mínimo de R\$510,00 para viagens com quilometragem inferior a 100 km.

Memória de cálculo dos custos de transporte

- > Turno - determinado pela Secretaria, conforme necessidade.
 - > Distância percorrida da rota - determinado conforme necessidade
 - > Tempo conduzindo o veículo - se refere ao tempo entre o início do roteiro até a chegada.
 - > Tempo total de horas - é o somatório do tempo conduzindo o veículo mais o tempo de espera.
 - > Veículo Veículo Van com mínimo de 15 lugares
 - > Valor do veículo - Determinado pelo valor da FIPE de um veículo com idade média
 - > Idade dos veículos - Veículo no máximo 15 anos de uso
 - > Combustível - Diesel, conforme determinado no manual do fabricante e da definição do veículo a ser utilizado
 - > Preço por litro do combustível - conforme preço médio determinado pela ANP na semana da pesquisa.
 - > Km/litro - foi determinado a média de 3,0 6,00 km/litro, conforme pesquisa de mercado.
 - > Custo de manutenção/insumos/pneus - considerado preço de mercado.
 - > Média de dias/mês = média estimada de dias com viagem programa por mês
 - > Custo do Capital Investido - valor determinado pelo valor do veículo e a Taxa de Mercado.
 - > Seguro Obrigatório - Valor apurado conforme pesquisa junto ao Detran/RS.
 - > Licenciamento - Valor apurado conforme pesquisa junto ao Detran/RS.
 - > Depreciação anual - Considerado uma vida útil de 15 anos, conforme referencial.
 - > Seguro de Terceiros - Conforme orçamento solicitado junto ao mercado. Valor de cobertura
- Total deve ser de no mínimo 300 mil reais.
- > Custo do motorista - Foi determinado conforme tempo conduzindo o veículo nas viagens, bem como do tempo de espera. O valor foi determinado conforme convenção coletiva da categoria de trabalho.
- Os encargos sociais foram determinados conforme legislação vigente, o vale refeição foi determinado conforme convenção coletiva. O valor anual foi determinado multiplicando por 12, pois, há previsão de que se ocorra viagens mensalmente.
- Obs: Cada empresa deve prever os encargos sociais de acordo com a sua natureza jurídica.
- > Custo fixo total anual - contempla o somatório total dos custos fixos.
 - > Custo fixo total mensal - contempla o somatório total dos custos fixos, dividido pelo número de 12 meses que é o período do contrato.
 - > Taxa de uso do veículo - foi considerado o tempo total por viagem, multiplicado pelos dias com viagem no mês, logo após, dividido pelas horas de efetivo trabalho no mês.
 - > Custo total com despesas operacionais - contempla o somatório das despesas fixa e variáveis.
 - > BDI - Benefícios e Despesas Indiretas - foram determinados conforme estudo de mercado
- Obs: Cada empresa deve prever os Benefícios e Despesas Indiretas de acordo com a sua natureza jurídica.
- > Preço mensal total com transporte - é o somatório das despesas operacionais, mais o BDI, para os dias de viagens no mês, sendo que o valor pode variar mensalmente.
 - > Preço máximo por quilômetro rodado - é o preço mensal total com o transporte, dividido pela quilometragem percorrida no mês.

Arvorezinha, 13 de agosto de 2025

PREGÃO ELETRÔNICO /2025					
Linha 2 - Roteiros Diversos Municípios					
Planilha de Transportes Intermunicipal e Interestadual					
Planilha de Composição de Custos					

PARAMÉTROS PARA CÁLCULO DE TRANSPORTE

					TOTAL
Lugares	20				20
Km pavimentado/não pavimentado	200,00				200,00
Km total					200,00
Tempo conduzindo o veículo	4:00				Total horas
Horas p/base de cálculo de custos	4,00				4,00
Tempo de espera					4,00
Tempo total (horas)					8,00
Veículo	Veículo micro-ônibus com mínimo de 20 lugares				
Veículo no máximo 15 anos de uso					260.000,00
Combustível R\$/litro conforme tabela ANP					6,54
Km/litro					5,00
Custo de manutenção/insumos R\$/km					0,75
Média de dias com viagem					1
Média kms por mês					200

1- CUSTO VARIÁVEL	Valor R\$
1.1 COMBUSTÍVEL	261,60
1.2 MANUTENÇÃO	150,00
1.3 Pneus	37,50
TOTAL (Comb + Manut)	449,10

1.3 Pneus				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal
Custo do jogo de pneus	unidade	6,00	1.500,00	9.000,00
Nº de recapagens por p	unidade	2,00		
Custo de recapagem	unidade	12	500,00	6.000,00
Custo jg. compl. + 2 rec	km/jogo	80.000	15.000,00	0,19
Custo mensal com pneu	km	200	0,19	37,50

2 - TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	
IPVA	2.600,00
CUSTO CAPITAL 15,00% Ano (INVESTIM)	39.000,00
LICENCIAMENTO ANUAL	109,27
DEPRECIACÃO ANUAL	12.259,87
SEGURO TERCEIROS/ANO	3.200,00
QUANT. DE MOTORISTAS	1,00
MOTORISTA CUSTO ANUAL	58.761,11
TOTAL CUSTO FIXO ANO	115.930,24
2.1 TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	439,13
TAXA USO VEÍCULO	0,0455

SALÁRIO	% Encargos	Custo Mensal	Meses	TOTAL
3.189,04	37,65%	4.389,72	12	52.676,63
Vale Refeição R\$	Dias Mês	Custo Mensal	Meses	TOTAL
25,35	20	507,04	12	6.084,48
Custo Anual por motorista				58.761,11

Depreciação				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal
Custo chassis	unidade	1	260.000,00	260.000,00
Vida útil do chassis	anos	15		
Idade do veículo	anos			
Deprec. do chassis	%	70,73	260.000,00	183.898,00
Deprec. mensal	mês	180	183.898,00	12.259,87

3- CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS	888,23
--	---------------

4- BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	30,20%	888,23	268,25	
					R\$ 268,25

CUSTO MENSAL COM BDI	R\$ 268,25
-----------------------------	-------------------

5- PREÇO MENSAL TOTAL COM O TRANSPORTE	R\$ 1.156,48
---	---------------------

PREÇO MÁXIMO POR QUILOMETRO RODADO	5,78
---	-------------

Orçamento Sintético		
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)	%
1- CUSTO VARIÁVEL	449,10	38,83%
1.1 COMBUSTÍVEL	261,60	22,62%
1.2 MANUTENÇÃO	150,00	12,97%
1.3 Pneus	37,50	3,24%
2 - TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	439,13	37,97%
2.1 TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	439,13	37,97%
3- CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS	888,23	76,80%
4- BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS	268,25	23,20%
5- PREÇO MENSAL TOTAL COM O TRANSPORTE	1.156,48	100,00%
Km total/dia		200,00
Média de dias mês		1
km total/mês		200,00
Custo por quilômetro rodado		5,78

a) Valor máximo por quilômetro rodado

R\$ 5,78

Veículo micro-ônibus com mínimo de 20 lugares

OBS: Valor mínimo de R\$600,00 para viagens com quilometragem inferior a 100 km.

Memória de cálculo dos custos de transporte

- > Turno - determinado pela Secretaria, conforme necessidade.
 - > Distância percorrida da rota - determinado conforme necessidade
 - > Tempo conduzindo o veículo - se refere ao tempo entre o início do roteiro até a chegada.
 - > Tempo total de horas - é o somatório do tempo conduzindo o veículo mais o tempo de espera.
 - > Veículo Veículo micro-ônibus com mínimo de 20 lugares
 - > Valor do veículo - Determinado pelo valor da FIPE de um veículo com idade média
 - > Idade dos veículos - Veículo no máximo 15 anos de uso
 - > Combustível - Diesel, conforme determinado no manual do fabricante e da definição do veículo a ser utilizado
 - > Preço por litro do combustível - conforme preço médio determinado pela ANP na semana da pesquisa.
 - > Km/litro - foi determinado a média de 3,0 5,00 km/litro, conforme pesquisa de mercado.
 - > Custo de manutenção/insumos/pneus - considerado preço de mercado.
 - > Média de dias/mês = média estimada de dias com viagem programa por mês
 - > Custo do Capital Investido - valor determinado pelo valor do veículo e a Taxa de Mercado.
 - > Seguro Obrigatório - Valor apurado conforme pesquisa junto ao Detran/RS.
 - > Licenciamento - Valor apurado conforme pesquisa junto ao Detran/RS.
 - > Depreciação anual - Considerado uma vida útil de 15 anos, conforme referencial.
 - > Seguro de Terceiros - Conforme orçamento solicitado junto ao mercado. Valor de cobertura
- Total deve ser de no mínimo 300 mil reais.
- > Custo do motorista - Foi determinado conforme tempo conduzindo o veículo nas viagens, bem como do tempo de espera. O valor foi determinado conforme convenção coletiva da categoria de trabalho.
- Os encargos sociais foram determinados conforme legislação vigente, o vale refeição foi determinado conforme convenção coletiva. O valor anual foi determinado multiplicando por 12, pois, há previsão de que se ocorra viagens mensalmente.
- Obs: Cada empresa deve prever os encargos sociais de acordo com a sua natureza jurídica.
- > Custo fixo total anual - contempla o somatório total dos custos fixos.
 - > Custo fixo total mensal - contempla o somatório total dos custos fixos, dividido pelo número de 12 meses que é o período do contrato.
 - > Taxa de uso do veículo - foi considerado o tempo total por viagem, multiplicado pelos dias com viagem no mês, logo após, dividido pelas horas de efetivo trabalho no mês.
 - > Custo total com despesas operacionais - contempla o somatório das despesas fixa e variáveis.
 - > BDI - Benefícios e Despesas Indiretas - foram determinados conforme estudo de mercado
- Obs: Cada empresa deve prever os Benefícios e Despesas Indiretas de acordo com a sua natureza jurídica.
- > Preço mensal total com transporte - é o somatório das despesas operacionais, mais o BDI, para os dias de viagens no mês, sendo que o valor pode variar mensalmente.
 - > Preço máximo por quilômetro rodado - é o preço mensal total com o transporte, dividido pela quilometragem percorrida no mês.

Arvorezinha, 13 de agosto de 2025

PREGÃO ELETRÔNICO /2025					
Linha 3 - Roteiros Diversos Municípios					
Planilha de Transportes Intermunicipal e Interestadual					
Planilha de Composição de Custos					

PARAMÉTROS PARA CÁLCULO DE TRANSPORTE

					TOTAL
Lugares	40				40
Km pavimentado/não pavimentado	200,00				200,00
Km total					200,00
Tempo conduzindo o veículo	4:00				Total horas
Horas p/base de cálculo de custos	4,00				4,00
Tempo de espera					4,00
Tempo total (horas)					8,00
Veículo	Veículo ônibus com mínimo de 40 lugares				
Veículo no máximo 15 anos de uso					400.000,00
Combustível R\$/litro conforme tabela ANP					6,54
Km/litro					3,00
Custo de manutenção/insumos R\$/km					0,95
Média de dias com viagem					2
Média kms por mês					400

1- CUSTO VARIÁVEL	Valor R\$
1.1 COMBUSTÍVEL	872,00
1.2 MANUTENÇÃO	380,00
1.3 Pneus	84,00
TOTAL (Comb + Manut)	1.336,00

1.3 Pneus				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal
Custo do jogo de pneus	unidade	6,00	1.700,00	10.200,00
Nº de recapagens por p	unidade	2,00		
Custo de recapagem	unidade	12	550,00	6.600,00
Custo jg. compl. + 2 rec	km/jogo	80.000	16.800,00	0,21
Custo mensal com pnei	km	400	0,21	84,00

2 - TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	
IPVA	4.000,00
CUSTO CAPITAL 15,00% Ano (INVESTIM)	60.000,00
LICENCIAMENTO ANUAL	109,27
DEPRECIACÃO ANUAL	18.861,33
SEGURO TERCEIROS/ANO	3.200,00
QUANT. DE MOTORISTAS	1,00
MOTORISTA CUSTO ANUAL	68.096,07
TOTAL CUSTO FIXO ANO	154.266,67
2.1 TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	1.168,69
TAXA USO VEÍCULO	0,0909

SALÁRIO	% Encargos	Custo Mensal	Meses	TOTAL
3.754,18	37,65%	5.167,63	12	62.011,59
Vale Refeição R\$	Dias Mês	Custo Mensal	Meses	TOTAL
25,35	20	507,04	12	6.084,48
Custo Anual por motorista				68.096,07

Depreciação				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal
Custo chassis	unidade	1	400.000,00	400.000,00
Vida útil do chassis	anos	15		
Idade do veículo	anos			
Deprec. do chassis	%	70,73	400.000,00	282.920,00
Deprec. mensal	mês	180	282.920,00	18.861,33

3- CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS	2.504,69
--	-----------------

4- BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	30,20%	2.504,69	756,42	
					R\$ 756,42

CUSTO MENSAL COM BDI	R\$ 756,42
-----------------------------	-------------------

5- PREÇO MENSAL TOTAL COM O TRANSPORTE	R\$ 3.261,10
---	---------------------

PREÇO MÁXIMO POR QUILOMETRO RODADO	8,15
---	-------------

Orçamento Sintético		
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)	%
1- CUSTO VARIÁVEL	1.336,00	40,97%
1.1 COMBUSTÍVEL	872,00	26,74%
1.2 MANUTENÇÃO	380,00	11,65%
1.3 Pneus	84,00	2,58%
2 - TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	1.168,69	35,84%
2.1 TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	1.168,69	35,84%
3- CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS	2.504,69	76,80%
4- BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS	756,42	23,20%
5- PREÇO MENSAL TOTAL COM O TRANSPORTE	3.261,10	100,00%
Km total/dia		200,00
Média de dias mês		2
km total/mês		400,00
Custo por quilômetro rodado		8,15

a) Valor máximo por quilômetro rodado

R\$ 8,15

Veículo ônibus com mínimo de 40 lugares

OBS: Valor mínimo de R\$850,00 para viagens com quilometragem inferior a 100 km.

Memória de cálculo dos custos de transporte

- > Turno - determinado pela Secretaria, conforme necessidade.
 - > Distância percorrida da rota - determinado conforme necessidade
 - > Tempo conduzindo o veículo - se refere ao tempo entre o início do roteiro até a chegada.
 - > Tempo total de horas - é o somatório do tempo conduzindo o veículo mais o tempo de espera.
 - > Veículo Veículo ônibus com mínimo de 40 lugares
 - > Valor do veículo - Determinado pelo valor da FIPE de um veículo com idade média
 - > Idade dos veículos - Veículo no máximo 15 anos de uso
 - > Combustível - Diesel, conforme determinado no manual do fabricante e da definição do veículo a ser utilizado
 - > Preço por litro do combustível - conforme preço médio determinado pela ANP na semana da pesquisa.
 - > Km/litro - foi determinado a média de 3,0 3,00 km/litro, conforme pesquisa de mercado.
 - > Custo de manutenção/insumos/pneus - considerado preço de mercado.
 - > Média de dias/mês = média estimada de dias com viagem programa por mês
 - > Custo do Capital Investido - valor determinado pelo valor do veículo e a Taxa de Mercado.
 - > Seguro Obrigatório - Valor apurado conforme pesquisa junto ao Detran/RS.
 - > Licenciamento - Valor apurado conforme pesquisa junto ao Detran/RS.
 - > Depreciação anual - Considerado uma vida útil de 15 anos, conforme referencial.
 - > Seguro de Terceiros - Conforme orçamento solicitado junto ao mercado. Valor de cobertura
- Total deve ser de no mínimo 300 mil reais.
- > Custo do motorista - Foi determinado conforme tempo conduzindo o veículo nas viagens, bem como do tempo de espera. O valor foi determinado conforme convenção coletiva da categoria de trabalho.
- Os encargos sociais foram determinados conforme legislação vigente, o vale refeição foi determinado conforme convenção coletiva. O valor anual foi determinado multiplicando por 12, pois, há previsão de que se ocorra viagens mensalmente.
- Obs: Cada empresa deve prever os encargos sociais de acordo com a sua natureza jurídica.
- > Custo fixo total anual - contempla o somatório total dos custos fixos.
 - > Custo fixo total mensal - contempla o somatório total dos custos fixos, dividido pelo número de 12 meses que é o período do contrato.
 - > Taxa de uso do veículo - foi considerado o tempo total por viagem, multiplicado pelos dias com viagem no mês, logo após, dividido pelas horas de efetivo trabalho no mês.
 - > Custo total com despesas operacionais - contempla o somatório das despesas fixa e variáveis.
 - > BDI - Benefícios e Despesas Indiretas - foram determinados conforme estudo de mercado
- Obs: Cada empresa deve prever os Benefícios e Despesas Indiretas de acordo com a sua natureza jurídica.
- > Preço mensal total com transporte - é o somatório das despesas operacionais, mais o BDI, para os dias de viagens no mês, sendo que o valor pode variar mensalmente.
 - > Preço máximo por quilômetro rodado - é o preço mensal total com o transporte, dividido pela quilometragem percorrida no mês.

Arvorezinha, 13 de agosto de 2025

PREGÃO ELETRÔNICO /2025					
Linha 4 - Roteiros Diversos Municípios					
Planilha de Transportes Intermunicipal e Interestadual					
Planilha de Composição de Custos					

PARAMÉTROS PARA CÁLCULO DE TRANSPORTE

					TOTAL
Lugares	4				4
Km pavimentado/não pavimentado	200,00				200,00
Km total					200,00
Tempo conduzindo o veículo	4:00				Total horas
Horas p/base de cálculo de custos	4,00				4,00
Tempo de espera					4,00
Tempo total (horas)					8,00
Veículo	Veículo de passeio com mínimo de 5 lugares				
Veículo no máximo 10 anos de uso					120.000,00
Combustível R\$/litro conforme tabela ANP					6,50
Km/litro					8,00
Custo de manutenção/insumos R\$/km					0,60
Média de dias com viagem					2
Média kms por mês					400

1- CUSTO VARIÁVEL	Valor R\$
1.1 COMBUSTÍVEL	325,00
1.2 MANUTENÇÃO	240,00
1.3 Pneus	30,00
TOTAL (Comb + Manut)	595,00

1.3 Pneus				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal
Custo do jogo de pneus	unidade	4,00	800,00	3.200,00
Nº de recapagens por p	unidade	2,00		
Custo de recapagem	unidade	8	350,00	2.800,00
Custo jg. compl. + 2 rec	km/jogo	80.000	6.000,00	0,08
Custo mensal com pneu	km	400	0,08	30,00

2 - TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	
IPVA	1.200,00
CUSTO CAPITAL 15,00% Ano (INVESTIM)	18.000,00
LICENCIAMENTO ANUAL	109,27
DEPRECIACÃO ANUAL	8.487,60
SEGURO TERCEIROS/ANO	3.200,00
QUANT. DE MOTORISTAS	1,00
MOTORISTA CUSTO ANUAL	46.348,44
TOTAL CUSTO FIXO ANO	77.345,31
2.1 TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	585,95
TAXA USO VEÍCULO	0,0909

SALÁRIO	% Encargos	Custo Mensal	Meses	TOTAL
2.437,58	37,65%	3.355,33	12	40.263,96
Vale Refeição R\$	Dias Mês	Custo Mensal	Meses	TOTAL
25,35	20	507,04	12	6.084,48
Custo Anual por motorista				46.348,44

Depreciação				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal
Custo chassis	unidade	1	120.000,00	120.000,00
Vida útil do chassis	anos	10		
Idade do veículo	anos			
Deprec. do chassis	%	70,73	120.000,00	84.876,00
Deprec. mensal	mês	120	84.876,00	8.487,60

3- CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS	1.180,95
--	-----------------

4- BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	30,20%	1.180,95	356,65	
					R\$ 356,65

CUSTO MENSAL COM BDI	R\$ 356,65
-----------------------------	-------------------

5- PREÇO MENSAL TOTAL COM O TRANSPORTE	R\$ 1.537,60
---	---------------------

PREÇO MÁXIMO POR QUILOMETRO RODADO	3,84
---	-------------

Orçamento Sintético		
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)	%
1- CUSTO VARIÁVEL	595,00	38,70%
1.1 COMBUSTÍVEL	325,00	21,14%
1.2 MANUTENÇÃO	240,00	15,61%
1.3 Pneus	30,00	1,95%
2 - TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	585,95	38,11%
2.1 TOTAL CUSTO FIXO MENSAL	585,95	38,11%
3- CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS	1.180,95	76,80%
4- BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS	356,65	23,20%
5- PREÇO MENSAL TOTAL COM O TRANSPORTE	1.537,60	100,00%
Km total/dia		200,00
Média de dias mês		2
km total/mês		400,00
Custo por quilômetro rodado		3,84

a) Valor máximo por quilômetro rodado

R\$ 3,84

Veículo de passeio com mínimo de 5 lugares

OBS: Valor mínimo de R\$400,00 para viagens com quilometragem inferior a 100 km.

Memória de cálculo dos custos de transporte

- > Turno - determinado pela Secretaria, conforme necessidade.
 - > Distância percorrida da rota - determinado conforme necessidade
 - > Tempo conduzindo o veículo - se refere ao tempo entre o início do roteiro até a chegada.
 - > Tempo total de horas - é o somatório do tempo conduzindo o veículo mais o tempo de espera.
 - > Veículo - Veículo de passeio com mínimo de 5 lugares
 - > Valor do veículo - Determinado pelo valor da FIPE de um veículo com idade média
 - > Idade dos veículos - Veículo no máximo 10 anos de uso
 - > Combustível - Diesel, conforme determinado no manual do fabricante e da definição do veículo a ser utilizado
 - > Preço por litro do combustível - conforme preço médio determinado pela ANP na semana da pesquisa.
 - > Km/litro - foi determinado a média de 3,0 8,00 km/litro, conforme pesquisa de mercado.
 - > Custo de manutenção/insumos/pneus - considerado preço de mercado.
 - > Média de dias/mês = média estimada de dias com viagem programa por mês
 - > Custo do Capital Investido - valor determinado pelo valor do veículo e a Taxa de Mercado.
 - > Seguro Obrigatório - Valor apurado conforme pesquisa junto ao Detran/RS.
 - > Licenciamento - Valor apurado conforme pesquisa junto ao Detran/RS.
 - > Depreciação anual - Considerado uma vida útil de 10 anos, conforme referencial.
 - > Seguro de Terceiros - Conforme orçamento solicitado junto ao mercado. Valor de cobertura Total deve ser de no mínimo 300 mil reais.
 - > Custo do motorista - Foi determinado conforme tempo conduzindo o veículo nas viagens, bem como do tempo de espera. O valor foi determinado conforme convenção coletiva da categoria de trabalho.
- Os encargos sociais foram determinados conforme legislação vigente, o vale refeição foi determinado conforme convenção coletiva. O valor anual foi determinado multiplicando por 12, pois, há previsão de que se ocorra viagens mensalmente.
- Obs: Cada empresa deve prever os encargos sociais de acordo com a sua natureza jurídica.
- > Custo fixo total anual - contempla o somatório total dos custos fixos.
 - > Custo fixo total mensal - contempla o somatório total dos custos fixos, dividido pelo número de 12 meses que é o período do contrato.
 - > Taxa de uso do veículo - foi considerado o tempo total por viagem, multiplicado pelos dias com viagem no mês, logo após, dividido pelas horas de efetivo trabalho no mês.
 - > Custo total com despesas operacionais - contempla o somatório das despesas fixa e variáveis.
 - > BDI - Benefícios e Despesas Indiretas - foram determinados conforme estudo de mercado
- Obs: Cada empresa deve prever os Benefícios e Despesas Indiretas de acordo com a sua natureza jurídica.
- > Preço mensal total com transporte - é o somatório das despesas operacionais, mais o BDI, para os dias de viagens no mês, sendo que o valor pode variar mensalmente.
 - > Preço máximo por quilômetro rodado - é o preço mensal total com o transporte, dividido pela quilometragem percorrida no mês.

Arvorezinha, 13 de agosto de 2025

Orientações para preenchimento:

Composição dos Encargos Sociais		
Código	Descrição	Valor
A1	INSS	
A2	SESI	
A3	SENAI	
A4	INCRA	
A5	SEBRAE	
A6	Salário educação	
A7	Seguro contra acidentes de trabalho	
A8	FGTS	8,00%
A	SOMA GRUPO A	8,00%
B1	Férias gozadas	8,33%
B2	13º salário	8,33%
B3	Licença Paternidade	0,06%
B4	Faltas justificadas	0,82%
B5	Auxílio acidente de trabalho	0,31%
B6	Auxílio doença	1,66%
B	SOMA GRUPO B	19,51%
C1	Aviso prévio indenizado	1,80%
C2	Férias indenizadas	2,78%
C3	Férias indenizadas s/ aviso previo inden.	1,80%
C4	Depósito rescisão sem justa causa	1,80%
C5	Indenização adicional	0,26%
C	SOMA GRUPO C	8,44%
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	1,56%
D2	Reincidência de Grupo A sobre aviso prévio indenizado	0,14%
D	SOMA GRUPO D	1,70%
	SOMA (A+B+C+D)	37,65%

Obs: Cada empresa deve prever os encargos sociais de acordo com a sua natureza jurídica.

5. Depreciação Referencial TCE/RS (%)	
Idade do veículo (ano)	Depreciação Média
1,00	33,63
2,00	43,13
3,00	48,68
4,00	52,62
5,00	55,68
6,00	58,18
7,00	60,29
8,00	62,12
9,00	63,73
10,00	65,18
11,00	66,48
12,00	67,67
13,00	68,77
14,00	69,79
15,00	70,73

Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

		Percentual %
Administração Central	AC	6,00%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,33%
Lucro	L	12,00%
Despesas Financeiras	DF	0,19%
Tributos - ISS	T	2,00%
Tributos - PIS/COFINS e CPP		5,50%
Fórmula para o cálculo do BDI: {[(1+AC+SRG) x (1+L) x (1+DF)] / (1-T)} -1		
Resultado do cálculo do BDI:		30,20%

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central

R = taxa representativa de riscos

S = taxa representativa de seguros

G = taxa representativa de garantias

DF = taxa representativa das despesas financeiras

L = taxa representativa do lucro ou remuneração

T = taxa representativa da incidência de tributos

Obs: Cada empresa deve prever os Benefícios e Despesas Indiretas de acordo com a sua natureza jurídica.